

estruturas estabelecidas no Anexo 1 da Portaria n.º 1562/2007, de 11 de Dezembro, os seguintes valores:

- a) Estrutura 1 — 830 000 euros
- b) Estrutura 2 — 955.000 euros
- c) Estrutura 3 — 1.100.000 euros
- d) Estrutura 4 — 1.250.000 euros
- e) Estrutura 5 — 1.425.000 euros

2 — Para efeitos das candidaturas a obras de ampliação ou remodelação — Grupo B — os projectos não poderão exceder metade do valor máximo considerado para a estrutura 1.

3 — As estruturas 1, 2, 3 e 4 correspondem a Corpos de Bombeiros respectivamente dos tipos 4, 3, 2 e 1, previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 247/2007.

4 — Os pareceres da Autoridade Nacional de Protecção Civil relativos a candidaturas para a construção de quartéis incluídos na estrutura 5 serão objecto de homologação do Secretário de Estado da Protecção Civil.

5 — Para efeitos das candidaturas a obras de pequenas beneficiações ou ampliações — Grupo A — os projectos não poderão ultrapassar o valor de 60.000 euros.

6 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

14 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado da Protecção Civil, *José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros*.

Louvor n.º 345/2008

No termo das minhas funções de Secretário de Estado da Protecção Civil, louvo José Maria Lopes Ribeiro, Segundo Comandante Operacional Distrital de Évora da Autoridade Nacional de Protecção Civil, pela dedicação e zelo que sempre demonstrou ao longo do meu mandato e pelos quais estou reconhecido. Agradeço ainda a lealdade e a pronta resposta a todas as difíceis situações que se nos colocaram durante este tempo.

31 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado da Protecção Civil, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Direcção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 11736/2008

Por meu despacho de 2 de Julho de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal para recrutamento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços Jurídicos e Estudos Eleitorais, cargo esse constante do artigo 6.º da Portaria n.º 341/2007, de 30 de Março de 2007.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 24 793/2007, publicado no D. R., 1.ª série n.º 241, de 14 de Dezembro de 2007, na Bolsa de Emprego Público (BEP), em 4 de Janeiro de 2008, com o código de oferta: OE200801/0067 e no jornal diário “Diário de Notícias” de 3 de Janeiro de 2008.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando os muito bons conhecimentos demonstrados e experiência profissional apropriados ao exercício do cargo em apreço, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho, deliberou propor a nomeação da candidata licenciada Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços Jurídicos e Estudos Eleitorais.

Nestes termos, atento o disposto nos n.ºs 8 e 9, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços Jurídicos e Estudos Eleitorais, a licenciada Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer, assessora principal do quadro de pessoal do ex-STAPE, actual Direcção-Geral da Administração Interna do Ministério da Administração Interna.

6 de Março de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Curriculum vitae

Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer, licenciada em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social (1974) e em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (1981).

Ingressou no quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral — STAPE, na carreira técnica superior, em 6/06/84, tendo accedido à categoria de Assessora Principal, da carreira de Sociólogo, em 26/10/1993.

Nomeada em 22/01/93, como Chefe de Divisão de Estudos da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais (DSJE) do STAPE, funções que exerceu até 10 de Outubro de 2000, data em que foi nomeada precedendo concurso, no cargo de Directora da DSJE, funções que vem exercendo até à presente data.

Nomeada como coordenadora e orientadora dos processos de votação dos eleitores Portugueses residentes no estrangeiro nos diversos actos eleitorais (1987 a 2004).

Palestras efectuadas na Universidade Nova de Lisboa, em 16 de Maio de 2000 e 5 de Junho de 2007 subordinada ao tema “Caracterização dos Eleitos das Autarquias Locais” — publicações do STAPE.

Participação no Seminário Eleitoral “Jornadas Constitucionais”, na qualidade de oradora, na primeira mesa redonda, subordinada ao tema “O Actual Sistema Eleitoral e as suas consequências políticas” — Fevereiro 2004 — Faculdade de Direito da República da Guiné-Bissau.

Designada, pelo despacho do Exmo. Senhor Director Geral do STAPE, de 16/03/06, pelo Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de Sua Exa. Subsecretário de Estado da Administração Interna, para integrar o grupo de trabalho constituído para a elaboração de um anteprojecto de proposta que proceda à consolidação num só diploma, dos procedimentos eleitorais das leis, actualmente existentes — 2006.

Membro Fundador do Fórum dos Órgãos Técnicos das Administrações Eleitorais dos Estados Membros da CPLP — 12 de Dezembro de 2007.

Missões no estrangeiro no âmbito da cooperação eleitoral:

Missão de observação internacional — Eleições — 1992 República de Angola, República da África do Sul — Abril de 1994 e República de Moçambique em 1994.

Participação nas várias reuniões preparatórias das Comissões Mistas de Cooperação com os PALOP.

Participação no British-Angola Forum Conference on the challenges for free & fair elections in Angola — Julho de 2005.

Realização de missões técnicas de cooperação nos Estados Membros da CPLP desde 1992.

Expressões de mérito:

Dois agradecimentos de serviços prestados — Despacho n.º 4 de 6 de Agosto de 1987 do, então, Director-Geral do STAPE, e de Lakh dar Brahimi — Special Representative of the Secretary-General for South Africa, de 31.05.94.

Louvor publicado no D. R., 2.ª série, de 6/05/96.

Artigos Publicados na Revista “Eleições” STAPE/MAI:

“A Concessão do Direito de Voto, nas Eleições Municipais, aos Nacionais dos Estados-Membros das Comunidades Europeias”, Outubro de 1990;

“Análise comparativa entre os dados do recenseamento geral de população e do recenseamento eleitoral — 1975-1989” (em colaboração) — Abril de 1991;

“Imagem dos Eleitos Locais — Presidentes e Vereadores Municipais — 1989” e a “Imagem de Mulheres Eleitas para os Órgãos das Autarquias Locais — 1989 — (em colaboração);

“Processo de votação dos emigrantes dos Estados — Membros da CEE “Dezembro de 1991;

“Atlas Eleitoral — Resultados das eleições para as Câmaras Municipais -1976-1989” (em colaboração), Julho de 1993;

“Sociografias comparadas — Autarcas em 1989 e 1993” (em colaboração) — Dezembro de 1997;

Balanço da Cooperação em matéria eleitoral com os Países Lusófonos (em colaboração) — Maio de 2006.

Outras publicações MAI/STAPE e DGAI:

“Caracterização dos eleitos para as Autarquias Locais” — 1982, 1989, 1993, 1997 e 2001 (em colaboração);

“Caracterização das mulheres eleitas — Autarquias Locais — 1997” (em colaboração);

“Atlas Eleitoral — Presidenciais” — 1976/1996 e 2001 e 2006 — coordenadora técnica;

“Atlas Eleitoral — Constituinte e Legislativas” — 1975 a 1991 (em colaboração);

“Atlas Eleitoral — Eleições para a Assembleia da República” 1995, 1999/2002 e 2005 — Eleições para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira 1976 a 1996”, 2000 e 2004 (em colaboração);

“Atlas Eleitoral — Eleições para o Parlamento Europeu” -1987/94 e 1999/2004” (em colaboração);